

Supervisão e ética profissional na Educação em Moçambique

Maria Alice Luís *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-1603-9781>

RESUMO: Estamos perante um texto de natureza teórica, que procura analisar e situar o conceito de Supervisão e ética profissional, com o objetivo de conhecer vários conceitos em volta do tema, descrevendo várias maneiras de aplicação de ética nos diferentes atividades de supervisão profissional. Entretanto, os conceitos de supervisão e ética têm conhecido uma evolução de significado, o que se projeta no alargamento da sua abrangência. Para elaboração deste tema recorreu-se a revisão bibliográfica como livros, artigos e cessados nas diferentes plataformas digitais. O tipo de estudo foi qualitativo numa pesquisa bibliográfica. O artigo está dividido em 4 partes sendo, introdução, fundamentação teórica e ou histórica, conclusão e referência bibliográfica. Para ensinar a ensinar é preciso aprender a ensinar e também ao ensinar aprende-se. Todo este processo terá que ter como suporte a supervisão. Pereira (2013) “supervisão pedagógica, ao contrário do que se possa pensar, não está somente relacionada com a formação inicial dos futuros professores, mas também com a formação contínua, necessária para a evolução permanente de um profissional aprendiz, que é o professor.” Na ética profissional, é imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisão; Ética Profissional; Pedagogia e Avaliação

Supervision and professional ethics in Education in Mozambique

ABSTRACT: We are looking at a text of theoretical nature, which seeks to analyze and situate the concept of supervision and professional ethics, with the aim of introducing various concepts around the subject, describing various ways of applying ethics in different professional supervision activities. Meanwhile, the concepts of supervision and ethics have undergone an evolution of meaning, which is projected in the elongation of their abstraction. To elaborate on this topic, recourse was made to bibliographic reviews such as books, ceased articles on different digital platforms. The type of study was qualitative in a bibliographical research. The article is divided into 4 parts being, introduction, theoretical and or historical foundation, conclusion and bibliographical reference. To teach to teach is precisely to learn to teach and also to teach to learn. This whole process will have to ter as support to supervision. Pereira (2013) “pedagogical supervision, contrary to popular belief, is not only related to the initial training of future teachers, but also to the continuous training, necessary for the permanent evolution of a learning professional, who is the teacher.” In professional ethics, it is essential to be always well informed, keeping up not only with changes in technical knowledge in your professional area, but also with legal and normative aspects.

KEYWORDS: Supervision; Professional ethics; Pedagogy and Assessment

* Doutoranda em Inovação Educativa, Formadora Internacional da Toxicodependência pela ONU, Mestre em Educação em Ciências de Saúde, Licenciada em Psicologia Clínica e de Aconselhamento e Técnica de Farmácia, em exercício no Departamento de Pediatria no Hospital Central de Nampula - Moçambique e Docente de UniLúrio, Universidades Apolitecnica, Mussa Bin Bique e ICSQ e ICSN nos cursos de Licenciatura em Medicina, Medicina Dentária, Farmácia, Enfermagem e Psicologia Clínica nas cadeiras de Psicologia Médica, Comportamento Desviante, Modelos de Intervenção Psicológica I a IV e Avaliação Psicológica II e Farmacologia e Farmácia Hospitalar, funcionária do Hospital Central de Nampula – Moçambique, E-mail: aliceluis31@gmail.com

Kuyang'anira ndi machitidwe aukadaulo

CHIDULE (língua Nyanja): Tili patsogolo pa zolembe zachidziwitso, lomwe likufuna kusanthula ndikukhazikitsa lingaliro la kuyang'anira ndi mayendedwe aukadaulo, ndi cholinga chofuna kudziwa malingaliro osiyanasiyana ozungulira mutuwo, kufotokoza njira zosiyanasiyana zogwiritsira ntchito machitidwe abwino pantchito zosiyanasiyana zoyang'anira akatswiri. . Pakali pano, malingaliro a uyang'anira ndi makhalidwe asintha mu tanthauzo, zomwe zikuwonetseredwa pakukulitsa kukula kwake. Pofuna kumveketsa bwino mutuwo, kuunikanso kwa m'mabukuwa kunagwiritsidwa ntchito, monga mabuku, zolembe ndi zofikira pamapulatifomu osiyanasiyana a digito. Nkhaniyi idagawidwa m'magawo 4: mawu oyamba, ofotokozero komanso / kapena maziko a mbiri yakale, mawu omaliza ndi zolembe zamabuku. Kuti tiphunzitse mmene tingaphunzitsire, m'pofunika kuphunzira mmene tingaphunzitsire komanso pophunzitsa munthu. Ntchito yonseyi iyenera kuthandizidwa ndi kuyang'anira. Pereira (2013) "kuyang'anira maphunziro, mosiyana ndi zomwe munthu angaganize, sikungokhudzana ndi maphunziro oyambirira a aphunzitsi amtsogolo, komanso kuphunzitsidwa kosalekeza, kofunikira pakusintha kosatha kwa katswiri wophunzira, yemwe ndi mphunzitsi." M'makhalidwe aukadaulo, ndikofunikira nthawi zonse kukhala odziwa bwino, osatsagana ndi kusintha kokha kwa chidziwitso chaukadaulo mdera lanu la akatswiri, komanso pankhani zamalamulo ndi zovomerezeka.

MAWU OSAKIRA: Kuyang'anira; Makhalidwe Aukadaulo; Maphunziro ndi Kuunika

Introdução: Supervisão e ética Profissional

O tema supervisão e ética profissional é uma pesquisa que tem como ponto fulcral, de rever vários conteúdos de artigos livros para obtenção dum artigo com texto de natureza teórica, que procura analisar e situar os conceitos de supervisão e ética profissional, com o objectivo de analisar os vários conceitos encontrados em volta do tema, especificamente descrevendo várias maneiras de aplicação de ética nos diferentes actividades de supervisão profissional.

A supervisão está relacionada a uma reflexão teórica sobre qualquer moral para que haja ética profissional, uma revisão racional e crítica sobre a validade da conduta humana na execução desta actividade. O presente artigo de revisão de literatura debruça-se sobre a supervisão e ética profissional na responsabilidade social organizacional, tendo como objectivo analisar o papel do uso da ética nas actividades de supervisão, tendo em conta o relacionamento interpessoal dentro e fora das instituições.

A ética e a supervisão exercem um papel muito importante na vida das instituições e têm como principal pressuposto a necessidade de regular a relação entre a instituição e a sociedade de forma estratégica de execução da actividade de supervisão. Pereira (2013) “supervisão pedagógica, ao contrário do que se possa pensar, não está somente relacionada com a formação inicial dos futuros professores, mas também com a formação contínua, necessária para a evolução permanente de um profissional aprendiz, que é o professor.”

A investigação pretende trazer as especificidades inerentes a ética e a supervisão como essas que atuam para garantir o bem-estar intra e extra organizacional ou institucional. As organizações ou instituições que promovem atitudes, convicções assentes na ética e supervisão durante as suas actividades relacionadas à responsabilidade pessoal do supervisionado, poderão criar uma imagem positiva ou negativa e um ambiente de trabalho favorável ou desfavorável a produtividade, e conseqüente crescimento da instituição. O artigo está dividido em 4 partes sendo, introdução, fundamentação teórica e ou histórica, conclusão e referência bibliográfica.

1. Etimologia da palavra “supervisão”

Segundo Gaspar, Seabra, e Neves (2012, p.30), ao se referirem à palavra supervisão:

A natureza etimológica, da palavra supervisão, importará recordar que o termo supervisão integra dois étimos com raiz latina: “super” (com o significado de “sobre”) e “vídeo” (com o significado de “ver”). A palavra super, o seu significado resulta da interpretação linear “olhar de ou por cima”, admitindo a perspectiva da “visão global” e assumiu-se vulgarmente com a integração de funções relacionadas com: inspeccionar, fiscalizar, controlar, avaliar e impor.

Deste modo, a supervisão pode ser entendida como uma visão aprofundada, reflexiva e com sentido autocrítico do contexto circundante mas também voltada para o interior com vista a compreender o significado da realidade; uma visão com capacidade de previsão; uma retrovisão; e uma segunda visão para promover o que se pretende que seja instituído, para evitar o que não se deseja e para reconhecer o que aconteceu e não deveria ter acontecido Stones (1984, cit. em Gaspar, Seabra e Neves 2012, p. 30).

Isto equivale em dizer que a palavra supervisão provem de dois termos que se assemelham a um tele disco mais profunda e sobreposta de um determinado caso, trabalho ou mesmo actos que se pretendam ser estabelecido para se prever o que não se pretende acontecer. Entretanto Queiroga (2007, p.7), “a Supervisão etimologicamente significa: - Visão sobre Visão sobre todo o processo educativo com vista à satisfação dos objetivos da Educação e os objectivos da própria Escola”. Segundo a ideologia de Good, (1979, cit. em Queiroga 2007, p.8) a supervisão representa, todos os esforços de funcionários escolares regulares, cujo objectivo é favorecer a actuação dos professores e outros trabalhadores no melhoramento da educação, incluindo o estímulo ao progresso profissional e o desenvolvimento de professores, a selecção e revisão dos objectivos da educação, dos materiais e métodos de ensino bem como a avaliação da instrução.

De acordo com Híks (1976, cit. em Queiroga, 2007) deve ser entendida como orientação profissional e assistência dadas por pessoas competentes em matéria de educação, quando e onde forem necessárias, visando o aperfeiçoamento da situação total ensino/aprendizagem. Neagley e Evans (1961, cit. em Queiroga, 2007) a Supervisão consistem num serviço técnico destinado fundamentalmente a estudar e melhorar cooperativamente todos os factores que influem no crescimento e desenvolvimento do educando.

Para Neagley e Evans (1961, cit. em Queiroga, 2007, p.7) “a moderna Supervisão é, pois, a acção positiva e democrática destinada a melhorar o ensino, mediante a formação contínua de todos os interessados: educando, professor, supervisor, administrador e pais, ou outra pessoa interessada no problema.” Para Soares (2008), “a supervisão é entendida como a orientação da prática pedagógica como um processo lento que, iniciado na formação inicial, não deve terminar com a profissionalização, mas prolongar-se sem quebra de continuidade na tão falada e tão pouco considerada «formação contínua»”, Ou seja, a dinâmica da supervisão deve continuar através da auto supervisão ou da supervisão realizada no seio do grupo dos colegas. Então, supervisão é, fundamentalmente, interagir: informar, questionar, sugerir, encorajar, avaliar (Alarcão & Tavares, 2003, citados por Parente, 2009).

A supervisão é considerada como interpretação de acompanhamento recorrente da prática psicopedagógica, principalmente através de procedimentos de reflexão e experimentação nas suas dimensões analítica e interpessoal, de observação como estratégia de formação e de didáctica como campo especializado de reflexão /experimentação pelo professor. Desta definição decorrem os seguintes pressupostos: o objecto da supervisão é a prática pedagógica do professor; a função primordial da supervisão é a monitorização dessa prática os processos centrais da supervisão são a reflexão e a experimentação” (Vieira,1993, citada por Parente, 2009).

Segundo Gouvêia (2008), Supervisão é uma palavra composta por duas outras “super”: sobre, e “visão”: olhar; significa olhar de conjunto, visão de totalidade, olhar de cima; observar o todo”. Supervisionar é a acção de conhecer, o mais globalmente possível, uma determinada actividade profissional com o objectivo de possibilitar o aperfeiçoamento contínuo de seu exercício, no contexto de uma determinada realidade em que esse se insere. Supervisão é um conceito histórico.

A supervisão por outro lado, é uma definição de anos atrás que já suportou e recebeu várias as explicações adequadas a realidade social em que está referido. Supervisão, portanto, consiste num processo educativo, que visa capacitar o supervisionado para o saber fazer profissional. É bom lembrar que esse aprendizado não consiste em “repetir experiências” mas, consiste em formar para pensar, para perceber e interpretar a realidade social como pressupostos para uma intervenção profissional competente. Assim entende-se que, a Supervisão busca formar o supervisionado.

Segundo Alarcão (2018), O termo supervisão abrange várias áreas, sendo multisectorial. Utiliza-se numa multiplicidade de campo de actuação, como por exemplo, a financeira, mercado de valores mobiliários, professores, pedagogia, clínicas, investigação, formação, curriculum, instituições, etc. Com as definições descritas acima, pode-se chegar a um consenso em afirmar que, a correcção de qualquer trabalho seja por escrito ou oral, ou mesmo tarefa como por exemplo, o simples mandar corrigir um artigo para a publicação em qualquer editora ou na sala de aulas passa por vários processos de supervisão. Supervisão é um processo de acompanhamento de uma actividade através de processos, de regulação, que são enquadrados por um referencial e operacionalizados, em acções de monitorização em que a avaliação está presente e visa o desenvolvimento humano.

Para Alarcão (2018), o desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do ambiente ecológico e se torna mais motivada e mais apta a envolver-se em actividades que, em níveis de complexidade semelhante ou superior, na forma e no conteúdo, evidenciam as propriedades do ambiente, as sustentam ou as reestruturam.” O desenvolvimento profissional docente é um processo em que os professores ou docentes, em interacção com o ambiente profissional, adquirem uma concepção mais alargada e uma competência mais aprofundada e se tornam mais motivados e mais aptos a realizarem a sua actividade de ensinar, educando. Supervisão é desafio; não é uma ameaça.

Vieira e Moreira (2011), referem no contexto da avaliação do desempenho nas escolas, tanto superiores como de outros níveis, a avaliação e a supervisão têm a tendência à instituir-se como mecanismos de conformidade e reprodução, mais do que como estratégias de violação e transformação em grande medida, isso devido às exigências de condições estruturais e históricos em que operam, fazendo parte de uma máquina de avaliação da qualidade a que não podem escapar e que, de alguma forma,

devem fazer reconhecer por autêntico poder. Tem-se defendido o conceito de supervisão, como muitos autores.

Segundo Pedras et al. (2016, cit. em Vieira, 1993, p.294), “a supervisão é uma actuação de monitorização sistemática da prática pedagógica (...), onde a capacidade de análise sobre a acção realizada leva ao melhoramento ou a novas estratégias de actuação e conseqüentemente da sua formação como professor e enriquecimento interpessoal”. Alarcão e Tavares, (2003, cit. em Pedras et al. 2016) referem a supervisão contempla um professor cujo currículo implica experiência, que tem como função orientar outro docente, ou candidato a tal, tanto no seu desenvolvimento pessoal como profissional. Alarcão (2007) vai mais longe e sugere uma descrição do conceito de supervisão, nomeando-a de supervisão institucional. Nesta, é fundamental a dinamização e acompanhamento do desenvolvimento qualitativo da organização da escola e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa através de aprendizagens individuais e colectivas, incluindo a dos novos agentes (Alarcão; Tavares, 2003, p. 154). Tem-se defendido vários conceitos de supervisão em torno e vários autores. Segundo (Alarcão e Tavares, 1987, cit. em Galveias, 2008, p.7):

Depreende-se desta noção que a supervisão tem lugar num tempo continuado, pois só assim se justifica a sua definição como processo. Tem um objectivo: o desenvolvimento profissional do professor. E situa-se no âmbito da orientação de uma acção profissional; daí chamar-se-lhe também orientação da prática pedagógica. Resta, então, esclarecer o que se entende por orientação, já que é precisamente neste ponto que normalmente residem as divergências quanto ao «modus faciendi» da prática da supervisão.

Para este pensador a supervisão tem uma importância para o progresso profissional dum docente e está assente no contexto de direcção pedagógica para o controle de suas actividades do contexto de ensino e aprendizagem. No domínio educacional, a noção de supervisão tem uma herança histórica associada às funções de inspecção e controlo, apesar da viragem radical operada com o movimento da supervisão clínica, iniciado nos Estados Unidos a partir da década de 1960 e introduzido em Portugal por Alarcão na década de 1980 (Alarcão, 1982).

2. Supervisão pedagógica e seus objectivos

A supervisão pedagógica consiste num processo de acompanhamento da aprendizagem e/ou do aperfeiçoamento profissional. Este acompanhamento é desenvolvido por profissionais de reconhecida competência na área” (Gouvêia, 2008, p. 7).

Segundo Mesquita, Formosinho, e Machado (2012), considerando numa relação hierárquica, à supervisão pedagógica (ou escolar) se associam aos termos como vigiar, examinar, fiscalizar, corrigir, indagar, comparar e duvidar. Contradizendo esta alegação, em termos individuais e profissionais não é, de todo, esta a função que lhe marcamos, uma vez que a consideramos como uma orientação partilhada, sustentada numa relação de colegialidade, no sentido de ajudar o futuro professor supervisionado a desenvolver ao seu profissionalismo, estimulando o seu desempenho também através de uma forma reflexiva e exercendo, desta maneira, uma influência indirecta na aprendizagem dos estudantes e melhoria dos contextos e conseqüentemente, na qualidade da educação. Deste modo, o trabalho docente dos formandos, no futuro, depende muito da forma como é conduzido o processo de supervisão ao longo da formação inicial.

Mesquita et al. (2012) referem que a análise do processo de supervisão permite conhecer as representações que os formandos têm sobre o processo formativo e ajuda a perceber os contributos da formação inicial na sua construção pessoal, profissional, social e ética. Salientamos o discurso de uma formanda, quando complementa a ética individual com a ética colectiva, num trabalho de supervisão que deve ser partilhado: A nossa ética individual deve complementar-se pela ética social, já que não somos um rebanho de indivíduos, mas uma sociedade que exige, à sua boa convivência, normas e leis, sobretudo, a cooperação de uns com os outros.

Para Mesquita et al. (2012), falar de supervisão pedagógica num contexto de formação inicial (e mais tarde ao longo da vida) implica repensar práticas pedagógicas e atitudes transformadoras que estimulem e ampliem atitudes autónomas, participativas e colaborativas, com base em conceitos como introspectivo, autonomia e aprendizagem. A supervisão implica igualmente repensar o conceito de desempenho adequado a contextos educativos específicos. Estimular a melhoria do desempenho profissional impõe também uma atitude de corresponsabilização para a aprendizagem e a promoção da investigação.

Galveias (2008), refere “a supervisão como o processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional.”

Princípios e crenças da supervisão pedagógica segundo Galveias: a) O objectivo primeiro da supervisão é proporcionar um mecanismo para os professores e supervisores aumentarem a sua compreensão do processo de ensino-aprendizagem; b) Os professores não devem ser vistos apenas como consumidores de investigação, mas

também como criadores de saber acerca da aprendizagem e do ensino; c) Os supervisores devem ver-se a si mesmos não como críticos do desempenho de ensino, mas antes como cooperantes com os professores no esforço de compreender problemas, questões e dilemas que são inerentes ao processo de aprender e de ensinar; d) A essência da supervisão precisa de ser expandido de modo a incluir problemas e questões relativas aos conteúdos específicos assim como problemas e questões de ordem geral (Nolan & Francis, 1982).

Estes princípios e crenças têm objectivo de clarificar o conceito de supervisão, de forma a ficarmos ligados e relativamente ao processo de formação profissional de instituições de ensino, futuros professores, porque em termos explicativos, de seu sentido, transpor a metáfora “pôr andaimes” (no original inglês *scaffolding*) para o conceito de supervisão tal como o entende. Esta noção é utilizada na psicologia do desenvolvimento da linha Vygotskyana para indicar as situações apoiadas pelos adultos em que as crianças podem estender as suas competências e saberes presentes a níveis mais altos de competência e saber.

Colocar andaimes sugere, então, um processo transitório de apoio, adaptável às necessidades do edifício em construção. A imagem do andaime é indicadora daquilo que se pretende com a intervenção pedagógica: sólida e estruturante, adequada às necessidades do formando, adaptável, mas sempre ponto de partida para ajudar a “ir mais longe”. Por sua vez, a arte da construção do edifício é tornar os andaimes desnecessários. O edifício pronto esquece rapidamente que foi vital a colocação de andaimes no seu processo de construção.

Este conceito em supervisão implica, então, erguer estruturas de apoio e revê-las constantemente até que o edifício esteja “pronto”, ou seja, a quantidade de suporte será tanto maior quanto mais alto for o edifício ou a complexidade da sua construção, estando a qualidade do suporte dependente do tipo de ajuda necessária. Pode implicar, por exemplo, encorajar, fazer perguntas, avaliar, dar sugestões, dirigir a atenção, repetir, exemplificar, ou mesmo ensinar directamente, tendo-se sempre por objectivo que os formandos não absorvam passivamente as estratégias do supervisor, mas que tenham um papel criador e reconstruam a tarefa, a actividade ou a situação, através da sua própria iniciativa.

Para Santos (2010), “a supervisão pedagógica no profissional é, pois, uma mediação entre o conteúdo apreendido no processo da formação académica e os dados extraídos da realidade social” (p. 30).

Segundo Gouveia (2008) a supervisão tem objectivos para:

- a) Agir profissionalmente diante das situações identificadas na prática;
- b) Dar prosseguimento, de modo crítico, aos processos desencadeados pelos encaminhamentos profissionais realizados quer pelo assistente social, quer pela equipe interprofissional, no espaço institucional;
- c) Tomar iniciativas diante de projectos em andamento, extinção de projectos e criação de outros, levando em conta a realidade da política institucional em que atua e sua imbricação com a política social mais ampla;
- d) Saber recorrer aos conhecimentos teóricos adquiridos pelas experiências anteriores, tanto pessoais e profissionais, quanto dos conhecimentos científicos para compreender, interpretar e decidir sobre a intervenção que deve realizar;
- e) Saber estabelecer as inter-relações do seu trabalho com as questões sociais, económicas, culturais e políticas contemporâneas, no âmbito local, nacional e internacional (análise de conjuntura);
- f) Saber identificar-se aos seus pares, co-responsabilizando-se pelo projecto ético-político profissional; engajando-se nele pela acção e reflexão a partir do seu trabalho quotidiano;
- g) Saber pensar a prática, produzir conhecimentos e socializá-los tanto no meio académico e profissional, quanto no âmbito da sociedade, de modo a dar visibilidade à contribuição social do profissional no contexto histórico contemporâneo (investigação científica a partir da prática);
- g) Criar instrumentos técnico-operativos que possibilitem a leitura, a interpretação da realidade de intervenção, num processo de reflexão crítica permanente.

A supervisão académica se realiza na dupla dimensão: administrativa e pedagógica por meio das relações professor/aluno, professor/supervisor de campo e professor/organizações da categoria. A supervisão directa consiste, pois, no acompanhamento directo do profissional de campo e a orientação e avaliação permanentes do professor supervisor. Portanto, a responsabilidade ética e técnica da supervisão directa é tanto do supervisor académico quanto do supervisor de campo (Gouveia, 2008).

Alarcão & Tavares (2003 citados por Parente, 2009, cit. em Soares 2008), o conhecimento, visa também o desabrochar ou rebentar de capacidades reflexivas e o repensar de atitudes, contribuindo para uma prática de ensino mais eficaz, mais comprometida, mais pessoal e mais autêntica” em que a sala de aula aparece como metáfora de campo experimental (visão clínica), onde supervisor e professor em trabalho colaborativo e através de uma avaliação que se quer formativa observam e recolhem os dados para uma análise conjunta e superação das áreas de maior fragilidade/vulnerabilidade, com vista a uma requalificação das práticas (idem).

Assim, enquanto a supervisão em geral atua de fora para dentro, impondo aos professores soluções técnicas e físicas relativamente aos processos, aos conteúdos, às estratégias, aos materiais e à própria realização do ensino na sala de aulas, soluções que assentam em teorias mais ou menos estandardizadas. A supervisão clínica, pelo contrário, atua de dentro para fora pondo o acento na observação e reflexão do próprio ensino e na colaboração e entre ajuda dos colegas que, na clínica da sala de aula, procuram a interacção do processo de ensino e aprendizagem como um processo de reflexão e fonte de hipóteses de solução e mudança (Parente, 2009).

Não podemos esquecer, apesar de tudo o que foi dito, que, para que a supervisão decorra numa perspectiva de resolução de problemas é necessário que se estabeleça entre o professor e o supervisor uma relação de trabalho isenta de tensões e baseada numa confiança sólida e fiável, pois só deste modo será possível que o professor confie ao supervisor as suas preocupações e dificuldades (Alarcão e Tavares,1987). Para isso, é preciso encarar esta actividade como “uma visão de qualidade, um olhar atento e abrangente, uma atitude inteligente, responsável, experiencial, acolhedora, empática, serena e envolvente de quem vê o que se passou antes, o que se passa durante e o que se passará depois, ou seja, de quem entra no processo para o compreender por fora e por dentro” (Parente, 2009, cit. em Soares, 2008, p. 7).

Segundo Vieira (2009) a supervisão é como teoria e prática de regulação de processos de ensino e de aprendizagem em contexto educativo formal, instituindo a pedagogia como o seu objecto. Opta-se por falar em pedagogia e não em didática ou metodologia de ensino pela abrangência transdisciplinar do primeiro termo, bem visível na pequena grande obra de Paulo Freire, intitulada Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa (2002), onde o pedagogo apresenta várias dimensões

essenciais à compreensão do ato educativo como projecto de rotina, epistemológico, ontológico e ideológico.

Segundo Correia, (1999, cit. em Vieira, 2009) as “novas didácticas” necessárias à “invenção de consensos possíveis entre determinantes intrínsecas a cada um dos ramos do saber” deslocariam o seu eixo de referência para as “determinantes da acção educativa, que é sempre o resultado de uma dinâmica interdisciplinar, mesmo quando gerida por um único professor”. Para Vieira (2009, p.9), “o termo “pedagogia” pode talvez responder melhor a este desafio, evitando uma redução do campo da reflexão didáctica às dimensões mais directamente afectas ao conteúdo substantivo das disciplinas escolares”.

Segundo Martins, Chirindza e Cuamba (2019, p.16), “a pedagogia ocupa-se dos processos educativos, métodos, técnicas...; É um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma directriz orientadora da acção educativa”. Pedagógico, refere-se à finalidade da acção educativa, implicando objectivos sociopolíticos, a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da acção educativa; É, então, um campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade.

A supervisão e a pedagogia comportam uma componente conceptual e outra experiencial, cuja integração resulta no que se pode designar como praxis, definida por Van Manen (1990, p. 128) como *“thoughtful action: action full of thought and thought full of action”* que em português significa (*acção pensativa: acção cheia de pensamento e pensamento cheio de acção*). Sendo actividades profissionais, teorizá-las implica construir teorias práticas ou teorias de acção, de orientação normativa, as quais apresentam duas faces: teoria perfilhada e a teoria em uso, cujas (in)congruências importa revelar e analisar, no sentido de compreender que factores elevam ou reduzem o seu potencial transformador, e também no sentido de reformular a própria teoria e a realidade que ela cria (Argyris & Schön, 1974).

3. Relação da Supervisão e Pedagogia e Conceito de Ética profissional

Na medida em que a supervisão permite a regulação da qualidade da pedagogia, ela representa uma condição da sua compreensão e renovação. Isto significa que a pedagogia sem supervisão é menos pedagógica, tal como o será a supervisão sem uma

visão da pedagogia. Na expressão “supervisão pedagógica”, o adjetivo reportasse não apenas ao objecto da supervisão – a pedagogia – mas também à sua função potencialmente educativa. Entende-se que a supervisão, quando orientada por uma visão crítica de pedagogia, torna a acção pedagógica mais consciente, deliberada e susceptível à mudança, permitindo o reconhecimento da sua complexidade e incerteza e impedindo a formulação de soluções técnicas e universais para os problemas “pantanosos” que nela se colocam (Schön, 1987).

Segundo Laisson, Augusto, Matimbiri (2017), Etimologicamente, o termo “ética” vem do grego *ethos*. Quando escrito *éthos*, com acento agudo (em grego, inicia com a letra épsilon), representa a ideia fundamental de usos, costumes, que na vida de um povo ocupam um lugar importante no conceito próprio de moralidade, e, portanto, identificando-se mais com a moral e quando escrito *êthos*, com acento circunflexo (em grego, inicia com a letra êta), significa carácter ou modo de ser, e dá, portanto, a ideia de disposição interior, de personalidade. Portanto, podemos dizer que o universo ético compreende esses dois pólos: o pólo exterior (próprio da moral, dos costumes), e o pólo interior (próprio da interioridade, do carácter).

Laisson et al. (2017) refere “primeiro filósofo que escreveu sobre ética foi Aristóteles. Com esse título, Aristóteles escreveu duas obras: *Ética a Nicómaco* (seu filho) e *Ética a Eudemo* (seu aluno)” (p. 4). A ética é relativa a normas que se verifica em todas as avaliações, também a atribuição de valor moral aos actos humanos e seus autores é feita mediante a sua confrontação (implícita ou explícita) com as normas que se julga deverem reger a conduta humana. Nisto consiste precisamente o “emitir um juízo de valor”, afirmar a conformidade ou não entre o que ‘é’ e o que ‘devia ser’. Vázquez, (1978, cit. em Laisson et al. (2017, p.9),

a ética provém do grego *ethos* e significa costumes, bem como “carácter” e “modo de ser”, enquanto a palavra moral, porém, provém do latim *mos* ou *mores* e também significa costume ou costumes, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. Por esta feliz coincidência etimológica e conceptual, estudiosos há, que preferem afirmar que a ética e a moral são a mesma coisa, visto que todas dizem respeito aos costumes e ambas tratam das questões teóricas bem como práticas do agir humano. Outros estudiosos vão mais longe separando uma da outra. Esses últimos se agarram aos argumentos de que, enquanto a moral estuda os costumes contextualizados, a ética julga a moral distinguindo o bem do mal.

Neste sentido, partindo da etimologia das duas palavras, tem-se o seguinte: a moral é o conjunto de regras, princípios e valores que determinam a conduta do indivíduo, enquanto a ética é o instrumento fundamental para a instauração de um viver em conjunto a base para a construção do mundo sociopolítico, condição necessária para a sobrevivência da espécie humana.

Segundo Oliveira (2012), A ética é mais ampla e universal durando mais tempo, enquanto a moral é restrita e funciona em determinados campos da conduta humana em determinados períodos. A moral nasce da ética e se a ética desce de sua generalidade e de sua universalidade, fala-se da existência de uma moral. Existem mecanismos que são fundamentos das regras do direito e da moral que são: para sobreviver, o homem se conforma com tais regras e não pode agir de outro modo. É preciso ser ético, porém, a Ética é algo maior, e a moral algo mais limitado, restrito; de maneira que podemos dizer sob esse ângulo de análise, que a ética é um estudo ou uma reflexão sobre o comportamento moral dos indivíduos em uma determinada sociedade.

Segundo Silva (2012), a ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão. Ou seja, é a conduta que o indivíduo deve observar em sua actividade, no sentido de valorizar a profissão ou actividade laboral e bem servir aos que dela dependem. As lideranças sociais têm um poder e uma responsabilidade decisivos em relação à ética. Nenhuma nação, povo, ou grupo social pode realizar seu projecto histórico sem lideranças. A liderança social é o elemento de ligação entre os interesses do grupo social e as oportunidades históricas disponíveis para realizá-los. A responsabilidade ética da liderança, portanto, se pudesse ser medida, teria o tamanho e o peso dos direitos reunidos de todos aqueles que ela representa e lidera. A liderança social tem uma tripla responsabilidade ética: institucional, pessoal e educacional. Institucional, porque devem cumprir fiel e estritamente os deveres que lhe são atribuídos.

Oliveira (2012), a liderança pessoal porque devem ser cada uma delas, um exemplo de cidadania: justas e eticamente íntegras. Liderança educacional porque, além de ser um exemplo, deve dialogar com os que ela lidera, de modo a ampliar a sua consciência política e a fazê-los crescer na cidadania. Liderança educacional porque, além de ser um exemplo, deve dialogar com os que ela lidera, de modo a ampliar a sua consciência política e a fazê-los crescer na cidadania.

O homem nem sempre pode o que quer, nem quer sempre o que pode. Ademais, sua vontade e seu poder não concordam com seu saber. Quase

sempre as circunstâncias externas determinam a sua sorte.” (D’HONDT, 1966, cit. em Oliveira 2012, p. 50).

Na ética profissional é imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos. Vá e busque o conhecimento. Muitos processos de supervisão e ética profissional no âmbito da quebra da disciplina ética profissional nos conselhos profissionais, acontecem por desconhecimento da própria ética profissional e negligência com os valores éticos e morais. Quais sejam: “Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, confidencialidade, privacidade, tolerância, flexibilidade, fidelidade, envolvimento, afectividade, correcção de conduta, boas maneiras, relações interpessoais verdadeiras” (<https://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm>). A responsabilidade, confiança e outras formam composições para um comportamento eticamente adequado.

A função principal de um código sujeitar de ética é iniciar pelos conceitos das convicções que o estabelece e se em volta de duas vertentes de normas: direitos e deveres. Ao definir direitos, o código de ética cumpre a função de delimitar o perfil do seu grupo. Ao definir deveres, abre o grupo à universalidade. Segundo Edgar Morin: “A ética se manifesta em nós de maneira imperativa, como exigência moral”. Esse imperativo origina-se de três nascentes conectados entre si: uma fonte interior ao indivíduo que se manifesta como um dever; outra externa, constituída pela cultura, e que tem a ver com a regulação das regras colectivas; e, por fim, uma fonte anterior, originária da organização viva e transmitida geneticamente.

Consequentemente esta manifestação das três vertentes supra citadas significa que para que a supervisão seja bem executada ambas as partes, quer seja o supervisor quer seja o supervisionado devem obedecer no seu interior ao indivíduo que se manifesta como um dever de zelar um determinado procedimento ou actividade supervisionado, portanto, a outra vertente externa que é constituída pela cultura, os ambos constituintes devem ter em conta a regulação e o cumprimento das regras colectivas. E por fim, um a fonte superior, que provem de organização da própria actividade executada na supervisão nas ambas partes, vivida e transmitida originalmente a partir da actividade de base.

É preciso reflectir sobre a deontologia da ética profissional como um estudo que estabelece normas de lideranças dos exercícios profissionais sob o símbolo de honestidade moral ou honestidade estabelecendo o bem a fazer e o mal a evitar no exercício da profissão. Esta reflexão dá intender que durante o exercício da actividade

supervisão, enquanto a ética tem um significado mais amplo que a moral, a moral se refere conjunto de regras, valores, e proibições vindos do exterior ao homem, ou seja, impostos pela política, a religião, a filosofia, a ideologia, os costumes sociais, que impõem ao homem, que faça o bem, o justo nas suas esferas de actividade.

Enquanto a ética dá a entender sempre uma teórico pensamento sobre qualquer moral, uma revisão racional e crítica sobre a legalidade da conduta humana (a ética faz com que os valores provenham da própria deliberação do homem), a moral é a aceitação de regras dadas. A ética é uma análise crítica dessas regras. No exercício da actividade de supervisão verifica-se o cumprimento das normas preconizadas por ambas as partes (supervisor e supervisionado) em que a moral e a ética profissional que vai implicando o cumprimento do dever da moral olhando o bom senso fazendo que as regras preconizados sejam cumpridas. Partindo do pressuposto de que toda actividade profissional é sujeita à norma moral, a deontologia profissional elabora sistematicamente os ideais e as normas que devem orientar a actividade profissional, devendo ter o seguinte esquema básico de conduta profissional:

a) Na área da profissão, a deontologia inter profissional terá como norma fundamental – zelar, com sua competência profissional e honestidade, pelo bom nome ou reputação do trabalho desempenhada de supervisor. Sublinhamos competência e honestidade, pois a sua influência da sua ocupação não deve ser apreensivo por si mesma ou a qualquer preço, mas deve ser a consequência natural dos valores e princípios éticos dos membros de uma organização, no exercício das acções à luz do Direito Constitucional, comprometidos com o bem comum social segundo as actividades laborais que a profissão de supervisão proporciona.

b) Na área da ordem profissional, ou seja, na relação com seus pares e colegas de profissão, a norma fundamental será culto de lealdade e solidariedade profissionais evitando críticas levianas, competição e concorrência desleal, sem descambar, naturalmente para o acobertamento de qualquer acção dos colegas, sem nunca ferir a verdade, a justiça ou a moral, fugindo de toda “máfia, de pactos de silêncio e de sociedades secretas”, pois não são necessárias.

3.1 Supervisão e ética profissional

Os valores éticos e morais constituem a base do suporte legal da supervisão, quer seja a pedagógica quer seja em qualquer instituição ou sector para a construção de uma sociedade justa. Às instituições, são impostas vários desafios para a mudança de mentalidade e inculcar valores assentes no bem comum e na prestação de bons serviços de supervisão, o que implica que existe confluência entre a ética, moral e supervisão porque, enquanto a ética estabelece princípios de funcionamento do saber executar, a moral importa-se pela incorporação ou componente prática dos princípios éticos, por outro lado super faz agregação da ética e da moral de forma conjunta como organização para garantir o bem-estar intra e extra organizacional. Esta perspectiva prende-se com a natureza inefável da supervisão, a qual obriga o supervisor a uma reflexão constante e continuada sobre aquilo que (não) torna a sua acção “supervisão”:

Um atento e abrangente olhar superviso que contemple e atente ao perto e ao longe, ao dito e ao não dito, ao passado e às hipóteses de futuro, aos factos e às suas interpretações possíveis, aos sentidos sociais e culturais, à manifestação do desejo e à possibilidade/impossibilidade da sua concretização, ao ser e à circunstância, à pessoa e ao seu devir. Sá Chaves, (2000, cit. em Vieira 2009, p. 201).

Esta frase, equivale em dizer que um olhar atento uma visão favorece de longe e de perto ao falado e o não falado do anterior e as suposições de suas explicações possíveis de vertentes tradicionais e conjuntas dum de vontades e à impossibilidades ou possibilidades da sua efetivação.

3.2 Supervisão Pedagógica e ética

Segundo Baptista (2011), “ética é uma concepção teleológica, a ética diz respeito á reflexão sobre os fundamentos e os fins da acção tendo por base, a utopia do humano consensualidade em cada tempo histórico” (p. 8).Oliveira, 2012, p.51) refere que

a ética é indispensável ao profissional de qualquer área, porque na acção humana “o fazer” e “o agir” estão interligados. O fazer refere à competência, à eficiência que todo profissional de qualquer área deve possuir para exercer bem a sua profissão enquanto o agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão correspondente ao comportamento manifesto.

Para Fernandes, Miyazaki, e Silveiras (2013), o código de Ética da American Psychological Association (APA, 2002) refere que o treinamento de estagiários em saúde mental, por exemplo, é um campo único de desafios. Nesse código encontramos

referência à complexidade envolvida nessa dupla tarefa ética do supervisor, voltada para o supervisionando e para a clientela. Segundo esse código, para facilitar o desenvolvimento da competência técnica em treinados, supervisores devem monitorar cuidadosamente o processo terapêutico, o que envolve delicado balanceamento entre prover oportunidades para o estagiário, futuro profissional, se engajar directamente na decisão clínica e prática (permitindo desenvolvimento de autonomia) e ao mesmo tempo garantir segurança e manter controlo de qualidade nos serviços clínicos. Cuidados éticos na supervisão voltam-se assim para o campo de interacção directa com o estagiário (com objectivo de desenvolvimento de sua formação profissional) e para o campo de interacção indirecta, e em geral dependente da percepção e comunicação do estagiário, sobre o serviço prestado à comunidade (com objectivo de qualidade do serviço).

3.3. Aspectos Éticos da Prática da Supervisão

Segundo Oliveira, et al. (2013) “as funções do supervisor académico englobam ensinar, treinar, monitorar e avaliar. A essência do processo de supervisão é um feedback contínuo e, dessa forma, a avaliação vai acompanhar integralmente o processo de supervisão (p. 219).” Comes (n.d.), a ética constitui-se no princípio e fim da própria vida, na medida em que se torna o próprio sentido da existência, a razão essencial de ser e haver, o motivo pelo qual a existência se relaciona com o todo, pelo qual se transforma e por sua vez transforma o próprio meio como agente e sujeito dessa mudança.

Para Santos (2017), na integridade ética, existem duas espécies de deveres éticos aos quais o pesquisador está submetido ao realizar suas actividades profissionais: os derivados de valores éticos universais, como os que indicam a chamada bioética, e os derivados de valores éticos especificamente científicos, aqueles que se impõem ao cientista em virtude de seu compromisso com a finalidade própria de sua profissão – a construção da ciência como um património colectivo. É a essa parte da ética profissional do cientista que remete a expressão “integridade da pesquisa”.

Conclusões

Em qualquer actividade de supervisão, é necessário que sejam cumpridas as normas éticas e morais. Enquanto a moral esclarece que é o agrupamento de normas, princípios e valores que designa a atitude do indivíduo, a ética é a objecto principal para a instauração de um viver em conjunto a base para a construção do mundo social,

sociopolítico, condição necessária para a sobrevivência da espécie humana, sobretudo na actividade e supervisão em qualquer área de trabalho para a veracidade dos saberes (ser, estar e fazer). Segundo Oliveira (2012), a ética é mais ampla e universal durando mais tempo, enquanto a moral é restrita e funciona em determinados campos da conduta humana em determinados períodos. A moral nasce da ética e se a ética desce de sua generalidade e de sua universalidade, fala-se da existência de uma moral.

Os valores éticos e morais constituem a base do suporte legal da supervisão, quer seja a pedagógica quer seja em qualquer instituição ou sector para a construção de uma sociedade justa, sem imposições pessoais, políticas, culturais e mais. Às instituições, são impostas vários desafios para a mudança de mentalidade e inculcar valores assentes no bem comum e na prestação de bons serviços de supervisão, o que implica que existe confluência entre a ética, moral e supervisão porque, enquanto a ética estabelece princípios de funcionamento do saber executar, a moral importa-se pela incorporação ou componente prática dos princípios éticos, por outro lado supervisão faz agregação da ética e da moral de forma conjunta como organização para garantir o bem-estar intra e extra organizacional.

A supervisão e a ética profissional são elementos importantes e indispensáveis nas estratégias actuais de desenvolvimento nas instituições, quer seja de ensino, de indústria, de política e ou outras. A existência de níveis altos de grupos sociais em extremas situações de necessidade próximo à grandes instituições de ensino ou outras despertou a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre os objectivos organizacionais e os princípios éticos vigentes dentro das mesmas. Este equilíbrio entre objectivos e princípios éticos pode permitir um contributo da instituição para responder algumas necessidades que afectam a maior parte da população circundante.

Para Alarcão (2018), o desenvolvimento profissional à supervisão docente por exemplo, é um processo em que os docentes, em interacção com o ambiente profissional, adquirem uma concepção mais alargada e uma competência mais aprofundada e se tornam mais motivados e mais aptos a realizarem a sua actividade de supervisionar, obedecendo a normas éticas e morais. As várias maneiras de aplicação de ética nas diferentes actividades de supervisão profissional, evidenciam uma boa prática do cumprimento das actividades do supervisionado e do supervisor na matéria da aplicação da moral e ética com o propósito de evidenciar as estratégias e ensinamento ao supervisionado.

Referências

- Alarcão, I. (2018). “*Supervisão e desenvolvimento profissional a escola como centro de ação e construção do conhecimento.*” Aveiro, Editora Edufor.
- Baptista, Isabel. (2011). *Ética, deontologia e avaliação do desempenho docente.* edited by M. de E.-C. C. para a Avaliação. Lisboa, Ministério da Educação – Conselho Científico para a avaliação de professores Avenida 5 de outubro.
- Fernandes, L. F. B.; Miyazaki, M. C. O. S.; Silves, E. F. M. (2015). Caracterização da supervisão em um centro formador de psicologia da saúde. *Estudos de Psicologia.* Campinas-SP, vol.32, nº3, p.499–509.
- Galveias, M. (2008). Prática pedagógica: cenário de formação profissional. *Revista Interações.* Lisboa, Vol. 4, nº8, p.6–17.
- Gaspar, M. I., F.; Seabra C. Neves (2012). A supervisão pedagógica: significados e operacionalização. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional,* Lisboa, Vol.12, nº1, p. 29–57.
- Gouvêia, M. da G. (2008). *Estágio, supervisão e trabalho profissional.* Paraíba, Serviço Social e Realidade, Franca- SP, Vol. 17, nº1, p. 62–73.
- Laiçson, E.J C., Augusto, J.; Matimbiri, L. A.. (2017). *Os Autores.* Beira, Moçambique.
- Martins, V.; Chirindza, D.; Cuamba, H. (2019). *Manual de psicopedagogia formação de professores do ensino primário e educação de adultos.* Maputo, Moçambique.
- Mesquita, E.; Formosinho, J.; Machado, J. (2012). Supervisão da prática pedagógica e colegialidade docente a perspectiva dos candidatos a professores. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional,* Lisboa, p.59–77.
- Monteiro, N. R; Herzberg El.; Oliveira, M. S.; Silves, E. F. M. (2013). Reflexões Sobre Ética Na Supervisão em Psicologia. *Boletim de Psicologia,* São Paulo, vol. 63, nº139, p.217–25.
- Oliveira, A. R. (2012). “*Ética Profissional.*” Belém do Pará, editora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Reitor Edson Ary de O. Fontes, p.1–80.
- Pedras, S.; Seabra, F.E. (2016). Supervisão e Colaboração: Contributos Para Uma Relação. Lisboa, Universidade Aberta, *Revista transmutare.* p.293–312.
- Pereira, C. S.; Ribeiro, C. (2013). Supervisão pedagógica: um alicerce para a construção do saber. *Revista de Ciências da Educação.* Lisboa, vol.21, nº1, p.47–66.

Queiroga, C. M. F. (2007). *A influência do supervisor. supervisão pedagógica: supervisão e/ou reflexão*. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. 161f. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

Santos, C. (2010). As diretrizes curriculares da ABEPSS: desafios atuais da supervisão para a concretização do perfil profissional. *Serviço Social e Saúde*, Vol. 9, nº2, p.23-32.

Santos, L. H. L. (2017). *Sobre a integridade ética da pesquisa*. *Ciência e Cultura*, Campinas, Vol. 9, nº2, p. 1-14.

Silva, E. G. B. (2012). *Ética Profissional*. Santa Catarina, Editor: Farroupila, Instituto Federal.

Soares, M. (2008). "A supervisão pedagógica: uma leitura dos tempos." Ozarfaxinars. Matosinhos, CFAE.

Vieira, F. (2009). Para uma visão transformadora da supervisão pedagógica. *Educação e Sociedade*, Campinas-SP. Vol.30, nº106, p.197–217.

Vieira, F.; Moreira, A. M. (2011). *Supervisão e avaliação do desempenho docente: para uma abordagem de orientação transformadora*. Lisboa, s.e.



Recebido em: 20/01/2023

Aceito em: 01/05/2023

Para citar este texto (ABNT): LUÍS, Maria Alice. Supervisão e ética profissional na educação em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.214-233, mai. 2023.

Para citar este texto (APA): Luís, Maria Alice. (mai. 2023). Supervisão e ética profissional na educação em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial I): 214-233.